

### CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

### Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

### ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

**FLASH** 

9603

Presidente da Mesa Diretora: José Marcos Martins de Freitas

Espécie: Projeto de Lei

Categoria: Não votados e/ou não tramitados

Autoria: Valcir Soares da Silva

**Data:** 21/05/2019

**Descrição Sumária:** PROJETO DE LEI Nº 61/2019. (NÃO VOTADO). Dispõe sobre a "Política Municipal de Incentivo ao Patriotismo", que visa incentivar a valorização dos símbolos nacionais e locais, através da execução dos Hinos Nacional e do Município de Montes Claros, despertando o sentimento de nacionalidade, civismo e cidadania, e dá outras providências.

Controle Interno – Caixa: 26.9 Posição: 52 Número de folhas: 04

Cotegora The estados / rice trainitados

CX = Man 19

Circles A Sub UMBRA ALARUM TURRUM

SUB UMBRA ALARUM TURRUM

# Câmara Municipal de Montes Claros

#### PROJETO DE LEI Nº 61/2019

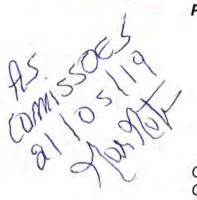
Ver. Valcir Soares da Silval	
ASSUNTO:	
Dispõe sobre a Política Municipal de Incentivo Através da Execução do Hino Nacional, e do N	
Montes Claros, Conforme Especificado.	1.0

	em 21/05/2019	
Comissão de	Legislação e Justiça.	
		4
Emirage 6	2/10	



## CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

PROJETO DE LEI N.º 61 /2019.



Dispõe sobre a política municipal de incentivo ao Patriotismo, através da execução do Hino Nacional, e do Município de Montes Claros, Conforme especifica.

O Povo do Município de Montes Claros-MG, por seus representantes na Câmara Municipal, aprova e o Prefeito Municipal em seu nome no uso de suas atribuições legais, sanciona a seguinte Lei:

**Art. 1º** - Fica instituída a política municipal de incentivo ao patriotismo, que visa incentivar os cidadãos à valorização dos símbolos nacionais e locais, despertando o sentimento de nacionalidade, civismo e cidadania através da execução de cânticos oficiais nos estabelecimentos de ensino e em competições esportivas.

Art. 2º - Para consecução dos fins desta lei, os estabelecimentos públicos e privados de ensino fundamental ficam obrigados a realizar a execução e o cânticos do Hino Nacional e do Hino do Município de Montes Claros, durante o período letivo, uma vez por semana, antes do inicio das aulas.

Art. 3º - É também obrigatório a execução do Hino Municipal de Montes Claros em todas as competições de internacional, Nacional, Estadual e Municipal realizadas em áreas esportivas pertencentes ao Poder Publico.

Parágrafo Único. A execução dos Hinos indicados no caput deste artigo poderás se dar integralmente ou parcialmente.

Art. 4º - Em toda inauguração de obra publica ou realização de evento promovido pelo Poder Publico Será executado o Hino Municipal de Montes Claros, podendo a execução se dar integralmente ou parcialmente.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Montes Claros, 20 de Maio de 2019.

Valcir Soares Silva

Vereador Câmara Municipal de Montes Claros.

CAMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

A COMISSÃO DE LEGIS LACAS

EM 2/DE MAIS DENTIL



PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 61/2019 QUE "Dispõe sobre a política municipal de incentivo ao patriotismo, através da execução do Hino Nacional, e do Municipal de Montes Claros, conforme especificado.", de autoria do Vereador Valcir Soares Silva.

Projeto de Lei enviado à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.

O presente projeto tem como escopo tornar obrigatório a execução do hino nacional e do município de Montes Claros semanalmente nas escolas públicas e privadas, assim como em eventos esportivos a serem realizados no município.

A princípio o projeto trata de questões de interesse local, entretanto, ao não limitar a execução dos hinos às escolas municipais, o projeto em questão interfere em assuntos e políticas públicas estaduais e federais, extrapolando, assim, seu regime de competência, o que o torna, salvo melhor juízo, ilegal.

Em face ao exposto, o Projeto de Lei fere e contraria as disposições constitucionais e seus princípios, pelo que é o mesmo Inconstitucional e, infringe normas superiores ordinárias e complementares, sendo de igual forma, ilegal.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros, 02 de outubro de 2019.

Luciano Barbosa Braga Assessor Legislativo OAB/ MG 78.605